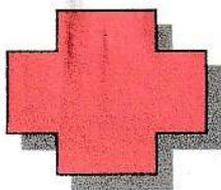


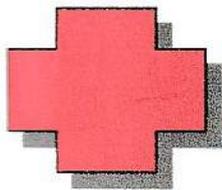
1 **ATA Nº 117 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25/02/2016**

2 Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, na sala dos Conselhos na
3 Estação Cidadã “Agente Durvalino de Azevedo”, reuniram-se em sessão ordinária, às 15 horas,
4 os membros do Conselho Municipal de Saúde de Jaguariaíva: Caroline Stalhschmidt, Talita
5 Marques de Almeida, Hérica Castelari, Simone Leite Cunha, Samuel Stalhschmidt (Suplente),
6 Flori Budziaki, Ademar Z. Batista da Cruz, Larissa F. B. Rodrigues, Rogério Fracalossi (suplente),
7 Tiago Mendes, Leozemir (suplente), Mario Fonseca Filho e Talita Bueno para deliberarem
8 sobre os assuntos pautados. Estiveram presentes como convidadas a Sra. Joice Custódio de
9 Almeida, O Sr. Wellington Vítório Fitz, o Sr. Edson da Silva Naizer e o Sr. Marcelino. A Sra.
10 Presidente iniciou a reunião dando as boas-vindas e apresentando a todos, os convidados
11 presentes, para a explanação de alguns documentos enviados ao COMSAUDE para
12 deliberação. **Primeiro tópico – Ofício nº005/2016: Apresentação do Plano de Ação**
13 **Intersetorial do Programa Bolsa Família para apreciação e posterior deliberação do Conselho**
14 **Municipal de Saúde:** A Sra. Presidente explicou a todos que o ofício para a aprovação do Plano
15 foi encaminhado pela SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social, mas que convidou a Sra.
16 Joice para realizar a apresentação do respectivo plano, visto que a mesma é a representante
17 da SEMUS - Secretaria Municipal de Saúde, na Comissão Intersetorial do Programa Bolsa
18 Família. Após dadas as devidas explicações a presidente passou a palavra a Sra. Joice, que
19 solicitou ao Sr. Wellington, Gestor do Cadastro Único e membro da Comissão do PBF, para que
20 fizesse a apresentação. O Sr. Wellington explicou que o presente Plano de Ação Intersetorial,
21 foi elaborado em conjunto com a Coordenação Municipal Intersetorial do Programa Bolsa
22 Família, apresentando ações para serem desenvolvidas no ano de 2016, utilizando recursos do
23 IGD – Índice de Gestão Descentralizada. Informou que essa Comissão foi criada pelo decreto
24 nº533/2015. Elucidou que essas ações visam muito além do acompanhamento das famílias
25 cadastradas, onde se faz a avaliação das condicionalidades específicas de cada setor
26 responsável: saúde, educação e assistência social, mas também tem o objetivo de realizar
27 prevenção de doenças e fatores relacionados a alimentação inadequada, desenvolver a
28 autonomia do usuário, promover ações que incentivem o desligamento voluntário, dentre
29 outras. O Sr. Wellington discorreu sobre todos os objetivos do plano e respectivas ações
30 indicando os setores responsáveis pelas mesmas, determinando também o valor estipulado e
31 o prazo para o seu cumprimento. A Sra. Caroline perguntou em relação às condicionalidades
32 do Setor Saúde, qual seria a maior dificuldade para o acompanhamento das famílias e a Sra.
33 Joice respondeu que o registro do desenvolvimento e crescimento das crianças tem sido
34 complicado visto que os responsáveis não levam as crianças às UBS para realizar essas ações.
35 Informou que encaminhou ofício às Coordenadoras das UBS, para que desenvolvessem
36 estratégias para alcançar as metas de acompanhamento das famílias. Informou que o
37 município possui 1504 famílias cadastradas e que até o momento apenas 50 foram
38 acompanhadas. Disse ainda que na tentativa de alcançar essa meta de acompanhamento,
39 estão programados alguns mutirões nas UBS. A Sra. Caroline perguntou se os recursos
40 apresentados nesse plano estarão disponíveis para a realização dessas ações planejadas e o Sr.
41 Wellington informou que sim. Ao término da apresentação do Plano, a Sra. Presidente
42 perguntou aos conselheiros se havia algum questionamento. O Sr. Flory questionou em

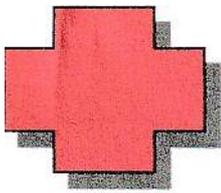


CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAGUARIAÍVA – PR
COMSAÚDE/JAGVA

43 relação ao pagamento do benefício a pessoas que residem em outros municípios. O Sr.
44 Wellington informou que é realizado um acompanhamento durante três meses e se não
45 houver modificação do cadastro para o endereço do município o benefício é bloqueado.
46 Explicou ainda que todas as informações registradas são de responsabilidade do beneficiário
47 que assina atestando que as informações são verdadeiras. Disse também, que qualquer
48 cidadão pode consultar esses dados e realizar possíveis denúncias de irregularidades.
49 Respondidos aos questionamentos, a Sra. Caroline perguntou aos conselheiros se havia
50 alguma objeção em relação ao Plano de Ação apresentado, e não havendo outras
51 considerações o mesmo foi **APROVADO** por unanimidade. **Segundo tópico – Ofício**
52 **nº006/2016: Apresentação do Descritivo da Aplicação dos Recursos de Incentivo para**
53 **Organização da Assistência Farmacêutica - IOAF, para apreciação e posterior deliberação do**
54 **Conselho Municipal de Saúde.** A Sra. Presidente solicitou que o Sr. Rogério Fracalossi,
55 Coordenador da Assistência Farmacêutica, fizesse a apresentação do respectivo Descritivo. O
56 Sr. Rogério explicou que o IOAF, é um recurso do Estado do Paraná, repassado aos municípios,
57 cuja finalidade é a organização da Assistência Farmacêutica do Município. Explicou ainda que
58 os valores de repasse referentes aos anos de 2012, 2013 e 2014 estão previstos nas
59 Resoluções da SESA e nas Deliberações da CIB e que em 2014, todos os 399 municípios foram
60 contemplados com o valor de R\$12.000,00 para capital/investimento. Seguiu apontando que
61 todos os itens de contrapartida municipal podem ser ou já estão devidamente cumpridos.
62 Após essas considerações realizadas a respeito da origem do recurso, o Sr. Rogério prosseguiu
63 apresentando o Descritivo de Aplicação dos Recursos, demonstrando para cada item solicitado
64 as justificativas e devidas necessidades da utilização do recurso para aquele determinado fim e
65 como isso ajudaria na organização da assistência farmacêutica. O Sr. Rogério apontou que
66 muito embora o valor do recurso não seja considerado tão relevante, para ele é de grande
67 valia visto que será utilizado para a melhoria do serviço prestado pela Assistência
68 Farmacêutica Municipal. Após a apresentação a Sra. Caroline retomou a palavra e perguntou
69 aos conselheiros se havia algum questionamento ou objeção em relação ao Descritivo
70 apresentado. Não havendo nenhuma oposição o Descritivo foi considerado **APROVADO** por
71 unanimidade. **Terceiro Tópico - Ofício nº004/2016: solicita informações a SEMUS a respeito**
72 **das “Diárias em atraso e Folgas”, em resposta ao solicitado ao COMSAUDE por**
73 **representantes das categorias de motorista e técnico de enfermagem, lotados na secretaria**
74 **de saúde.** A Sra. Caroline iniciou o tópico informando que o COMSAUDE recebeu um
75 documento de representantes das categorias de “motorista e técnico de enfermagem”,
76 solicitando a participação na reunião do Conselho e para que o item “Diárias em atraso e
77 Folgas” fizesse parte da pauta da reunião do COMSAUDE. A Sra. Presidente informou que
78 comunicou a todos que as reuniões do Conselho são abertas ao público e que qualquer
79 cidadão pode participar da mesma. Esclareceu que incluiu esse tópico na pauta, porque alguns
80 conselheiros foram abordados por representantes dessas categorias solicitando auxílio do
81 Conselho Municipal de Saúde no tocante a essa questão. Disse ainda que solicitou informações
82 a respeito do assunto à Secretaria Municipal de Saúde, para que os conselheiros tivessem
83 conhecimento dos fatos e pudessem então ter ciência da situação. Foi dada a palavra ao Sr.
84 Marcelino, representante dos motoristas, para que fizesse a exposição do assunto
85 apresentando os seus apontamentos. O Sr. Marcelino declarou que atualmente os motoristas



86 não conseguem ter controle sobre os depósitos realizados para confrontarem com relação a
87 qual serviço está representando no caso das diárias, pois estes depósitos não são identificados.
88 Relatou também que alguns motoristas estão com diárias atrasadas e que não conseguem a
89 informação sobre o assunto para saber quais diárias já foram pagas, referindo ainda que o
90 tempo para receber as diárias é muito longo. Relatou ainda que quando saem para transporte
91 de emergência pelo hospital não tem hora para sair e que em geral voltam antes de 06 (seis)
92 horas e, portanto não recebem a diária por esse serviço. Relata que esse fato faz com que por
93 muitas vezes tenham que pagar as despesas com alimentação, sem ainda ter recebido o
94 pagamento da diária. Ao término de sua exposição foi dada a palavra ao Sr. Secretário de
95 Saúde, que informou que as diárias realizadas pelos motoristas da SEMUS são assinadas pelos
96 mesmos e encaminhadas semanalmente para a Secretaria de Planejamento. No que se refere
97 ao não pagamento de diárias, quando o funcionário retorna antes de completar seis horas,
98 bem como em relação às folgas das técnicas de enfermagem do Hospital Carolina Lupion –
99 HCL, o Sr. Secretário sugeriu que fosse solicitada a presença do Secretário de Recursos
100 Humanos para que essas questões fossem elucidadas. Os conselheiros concordaram com o
101 fato de que o Estatuto dos Servidores Municipais não contempla os regimes de carga horária
102 diferenciada, para o atendimento em determinados serviços municipais, como por exemplo, o
103 Hospital Carolina Lupion. Ainda em relação ao pagamento dos motoristas, os conselheiros
104 concluíram que é preciso que os motoristas tenham um comprovante discriminado do
105 pagamento de diárias, para que possam conferir com os depósitos bancários. A Sra. Simone se
106 dispôs a verificar essa possibilidade, visto que está trabalhando no presente momento próximo
107 a esse setor da prefeitura. **Quarto tópico – Ofício nº002/2016: solicita relatório sobre a**
108 **destinação dos recursos federais para planejamento, construção, reforma e adaptação das**
109 **Unidades Básicas de Saúde do Município, em resposta ao ofício da 2ª PJ encaminhado ao**
110 **COMSAUDE.** O Sr. Secretário fez a entrega do ofício 384/2016/SEMUS, e sua posterior leitura,
111 o qual informa que no momento o município não possui nenhuma obra sendo realizada nas
112 Unidades Básicas de Saúde que tenha recebido verbas federais. O ofício informa ainda que a
113 Secretaria de Saúde solicitou à Secretaria de Infra-Estrutura para que sejam enviados os
114 pedidos já encaminhados para reformas de UBS e que assim que receberem as cópias
115 encaminharão ao COMSAUDE. A Sra. Presidente informou que foi realizada a solicitação de
116 agendamento de transporte à SEMUS, para que os conselheiros visitem as Unidades Básicas de
117 Saúde na área Rural, para posterior elaboração de Relatório a ser encaminhado para a
118 Segunda Promotoria de Justiça. **Quinto Tópico: Apresentação do relatório da Reunião do**
119 **Comitê da Dengue.** O conselheiro Ademar, entregou em mãos à Sra. Presidente o Relatório da
120 Reunião, bem como demais documentos: Boletim atualizado da Dengue 2016, Relatório
121 Consolidado das visitas domiciliares no município, entre 04/01 e 20/02, Medida Provisória
122 nº712, de 29 de janeiro de 2016, Ofício Circular nº98/2015/GAB/SVS/MS, Decreto nº048/2016
123 que institui o Comitê Municipal de Mobilização, Prevenção e Combate ao Vetor Aedes Aegypti.
124 Os conselheiros fizeram considerações em relação ao problema do lixo, que muitos municípios
125 têm colocado seus lixos nas calçadas não respeitando o cronograma de coleta determinado
126 pelas Secretarias. A Sra. Caroline informou que esteve presente na última reunião do Comitê
127 assim como vários outros conselheiros ali presentes, e pediu a participação de todos no dia de
128 Combate à Dengue a ser realizado no próximo dia nove de março. Ao término dos tópicos da



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAGUARIAÍVA – PR
COMSAÚDE/JAGVA

129 pauta, a Sra. Presidente informou que a Audiência Pública, para a Prestação de Contas do
130 Terceiro Quadrimestre a ser realizada no dia 26 de fevereiro de 2016, foi alterada para o dia 29
131 de fevereiro de 2016, às nove horas , na Câmara Municipal. O Sr. Secretário Mário pediu a
132 palavra para fazer algumas considerações a respeito do Relatório Quadrimestral. Informou que
133 solicitou ao Sr. Edson da Silva Naizer, do setor de Controle Interno da Prefeitura Municipal de
134 Jaguariaíva, para que explicasse a respeito do valor de R\$ 449.173,35, referente a uma
135 Restituição de Convênios e Transferências da União. O Sr. Edson apresentou ao COMSAUDE os
136 seguintes esclarecimentos: em atenção a APA 866, o valor de R\$278,00 foi liquidado em uma
137 conta do FPM, quando deveria ter sido liquidada no HOSPSUS, ocorreu um estorno e a
138 transferência para a conta do FPM; em relação ao valor de R\$449.173,35, ocorreu um
139 problema a nível nacional, inclusive com a presença da Controladoria Geral da União em
140 Jaguariaíva, e o recurso não foi utilizado, sendo devolvido na sua totalidade. A divergência
141 resultou de um erro no SIM-AM, em que ocorreu incompatibilidade da Fonte e da Funcional,
142 ocorreu a carga em superávit, porém já fora efetuado o pagamento e a baixa; quanto ao valor
143 de R\$ 86.944,43, ainda não foi identificado, será aberta uma conta de diferenças bancárias a
144 apurar e até o final desse exercício a pendência será sanada. Após apresentadas as
145 justificativas o Sr. Edson entregou ao Conselho, cópia de documentos pertinentes ao assunto.
146 Não havendo mais nada a ser tratado, a reunião é encerrada às 17h04min. Eu, Caroline
147 Stalhschmidt, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelos
148 demais conselheiros. Jaguariaíva, 25 de fevereiro de 2016.

149

150

151

152 CAROLINE A. FANHA STALHSCHMIDT

153 PRESIDENTE